



**BARATIERI**  
ADVOGADOS

SÉTIMA EDIÇÃO - 2022

INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA

**POLICIAL CIVIL**

O Informativo de Jurisprudência produzido pela Baratieri Advogados, de periodicidade mensal, constitui-se em veículo de divulgação de decisões relevantes envolvendo os policiais civis.

Acompanhe as principais jurisprudências do TJSC, TJPR, TJRS, STJ e STF a respeito do tema.

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (TJSC)

### PRAZO DE CONTAGEM DO IMPEDIMENTO À PROMOÇÃO EM DECORRÊNCIA DE PENA DE SUSPENSÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. MEDIDA LIMINAR INDEFERIDA. POLICIAL CIVIL. PROMOÇÃO. IMPEDIMENTO. EXISTÊNCIA DE PENA DE SUSPENSÃO DISCIPLINAR COM TRÂNSITO EM JULGADO. EFEITO PREVISTO NO ART. 53, II, DA LCE N. 453/2009 E NO ART. 30, II, DO DECRETO ESTADUAL N. 2.669/2009. PRAZO TRIENAL. CONTAGEM A PARTIR DO CUMPRIMENTO DA PENALIDADE. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DAS REGRAS DE DIREITO SANCIONADOR. PROBABILIDADE DO DIREITO NÃO EVIDENCIADA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 5065203-43.2021.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Vilson Fontana, Quinta Câmara de Direito Público, j. 02-08-2022).

[Leia mais](#)

### PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PRESCRITO NÃO GERA MAUS ANTECEDENTES E NÃO PODE OBSTAR PROMOÇÃO FUNCIONAL

MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL CIVIL. PLEITO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA OBSTADO POR CERTIDÃO DE ANTECEDENTES FUNCIONAIS (ART. 63 DA LC 491/2010),

DERIVADA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, INAUGURADO NO ANO DE 2012. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO. RECHAÇO. AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA CONCLUSÃO DO PAD (ART. 17, § 2º DO DECRETO ESTADUAL N.º 724/2007). PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HIPÓTESE CONFIGURADA. AUTOS EXTRAVIADOS E TARDIAMENTE RESTAURADOS. DECURSO DO PRAZO DELETÉRIO, JÁ RECONHECIDO PELA COMISSÃO PROCESSANTE E PELOS ÓRGÃOS CONSULTIVOS. LETARGIA BUROCRÁTICA. SUPERAÇÃO DO LUSTRO PRESCRICIONAL, QUE FULMINA A PRETENSÃO PUNITIVA E ENSEJA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO DISCIPLINAR E O PROSSEGUIMENTO DO PLEITO APOSENTATÓRIO. SEGURANÇA CONCEDIDA. (TJSC, Mandado de Segurança Cível (Grupo Público) n. 5010214-53.2022.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Bettina Maria Maresch de Moura, Grupo de Câmaras de Direito Público, j. 27-07-2022).

[Leia mais](#)

## PAGAMENTO DAS HORAS EXTRAS AO POLICIAL CIVIL

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL CIVIL. HORAS EXTRAS EXCEDENTES À QUADRAGÉSIMA MENSAL. PARCIAL PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECURSO DO ENTE FEDERADO. VINDICADO AFASTAMENTO DO PAGAMENTO DA VERBA. TESE INSUBSISTENTE. MATÉRIA PACIFICADA NESTA CORTE DE JUSTIÇA. LABOR EXTRAORDINÁRIO RECONHECIDO. CONTRAPRESTAÇÃO DEVIDA A PARTIR DA QUADRAGÉSIMA HORA MENSAL. DÚVIDA SOBRE O EXATO NÚMERO DE HORAS QUE NÃO IMPEDE O DEFERIMENTO DO PEDIDO. APURAÇÃO DO MONTANTE EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DAS HORAS EFETIVAMENTE LABORADAS PELO REQUERENTE. DESCONTO DOS VALORES JÁ ADIMPLIDOS. REFLEXOS NA GRATIFICAÇÃO NATALINA E FÉRIAS (COM RESPECTIVO TERÇO CONSTITUCIONAL). LIMITAÇÃO DO CÁLCULO ATÉ O ADVENTO DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 611/2013. IMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR REGIME ESPECIAL DE TRABALHO. (TJSC, Apelação / Remessa Necessária n. 0007162-37.2013.8.24.0005, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Diogo Pítsica, Quarta Câmara de Direito Público, j. 07-07-2022).

[Leia mais](#)

## **POLICIAL CIVIL TEM DIREITO À LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE REMOVIDO**

APELAÇÃO CÍVEL/REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL. INDEFERIMENTO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO PARA OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO. DECISÃO DESARRAZOADA. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO À FAMÍLIA ESTABELECIDO NO ART. 226 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE ÔNUS AO PODER PÚBLICO. PRECEDENTES DA CORTE SUPERIOR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJSC, Apelação / Remessa Necessária n. 5001692-21.2021.8.24.0049, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Sérgio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. 05-07-2022).

[Leia mais](#)

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ (TJPR)**

### **ESTADO DEVE INDENIZAR POLICIAL CIVIL POR DESVIO DE FUNÇÃO**

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO.DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO. DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL. DESVIO DE FUNÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ATRIBUÍDAS À CHEFE DE CADEIA PÚBLICA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM REPARAR O AUTOR. O CARÁTER REPARATÓRIO DA GRATIFICAÇÃO PERMITE SUA CUMULAÇÃO COM O SUBSÍDIO QUANDO COMPROVADO QUE O AGENTE PÚBLICO NÃO CONCORREU PARA ILEGALIDADE DO ATO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR, 4ª Turma Recursal, 0001881-29.2019.8.16.0162, Sertanópolis, Rel.: Juiz Aldemar Sternadt, j. 26-07-2022).

[Leia mais](#)

## **POLICIAL CIVIL TEM DIREITO À INDENIZAÇÃO POR REMOÇÃO**

DECISÃO MONOCRÁTICA – RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – INDENIZAÇÃO POR REMOÇÃO – EFETIVA MUDANÇA DE DOMICÍLIO COMPROVADA – ARTIGO 4º DA LEI 17.169/12 E ARTIGOS 3º E 12 DO DECRETO 8.594/13 - PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DEVIDO – PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL – SENTENÇA REFORMADA. Recurso do reclamante conhecido e provido. Com arrimo no artigo 932 do Código de Processo Civil, em liame com a Súmula sob o nº568 do Superior Tribunal de Justiça e na forma estabelecida do artigo 12, inciso XIII, do Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais deste Tribunal, os quais permitem ao relator dar prosseguimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema, passo a julgar monocraticamente o caso abordado nos autos. (TJPR, 4ª Turma Recursal, 0001190-65.2018.8.16.0189, Pontal do Paraná, Rel.: Juiz Marco Vinicius Schiebel, j. 15-06-2022).

[Leia mais](#)

---

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL (TJRS)**

### **EXCLUSÃO DE CANDIDATO DO CONCURSO DA POLÍCIA CIVIL POR REPROVAÇÃO NO EXAME PSICOTÉCNICO**

RECURSO INOMINADO. PRIMEIRA TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA CIVIL. CARGO DE INSPETOR DE POLÍCIA. EDITAL N.º 021/2017. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. AUSÊNCIA DE NULIDADE NO TESTE PSICOLÓGICO REALIZADO. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. A avaliação psicotécnica requerida no edital do concurso está legalmente amparada, uma vez que obedece as normas legais e era de conhecimento de todos os candidatos. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Recurso Cível, N° 71009826991, Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Rel.: Ana Lúcia Haertel Miglioranza, j. 30-05-2022).

[Leia mais](#)

## AJUDA DE CUSTO NÃO ESTÁ RESTRITA À MUDANÇA DE DOMICÍLIO DURANTE A CARREIRA, MAS É DEVIDA TAMBÉM NA PRIMEIRA LOTAÇÃO DO SERVIDOR

RECURSO INOMINADO. SEGUNDA TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. POLICIAL CIVIL. AJUDA DE CUSTO. NOMEAÇÃO. PRIMEIRA LOTAÇÃO. POSSIBILIDADE. EXEGESE DA LEI ESTADUAL Nº 7.366/1980. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRECEDENTES DAS TURMAS RECURSAIS FAZENDÁRIAS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO (Recurso Cível, Nº 71010471613, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Rel.: Daniel Henrique Dummer, j. 29-06-2022).

[Leia mais](#)

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

### DEMISSÃO PELA PRÁTICA DE ATOS QUE IMPORTEM ESCÂNDALO OU COMPROMETAM A DIGNIDADE DA FUNÇÃO

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. DISCIPLINAR. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL CIVIL. DEMISSÃO. PRÁTICA DE ATOS CAUSADORES DE ESCÂNDALO E COMPROMETIMENTO DA DIGNIDADE DA FUNÇÃO. DIVULGAÇÃO PELA MÍDIA. CONSUMAÇÃO ANTERIOR DO ATO PUNÍVEL. 1. Hipótese em que policial civil retirou, para uso em veículo particular próprio, banco de automóvel furtado depositado em delegacia. Em decorrência do ato, foi demitido, sob o fundamento de praticar atos que importem em escândalo ou concorram para comprometer a dignidade da função policial, nos termos da legislação local. Defende a desproporcionalidade da pena e refere não ter contribuído para o escândalo, na medida em que não colaborou para a divulgação dos fatos pela imprensa. 2. O tipo punível é a prática de atos de indignidade ou causadores de escândalo, não sua divulgação pela mídia. Essa é consequência independente do ato já consumado, sendo mesmo desnecessária para configuração daquele. 3. Inexiste desproporcionalidade na demissão de policial lotado na Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos que se presta a se apropriar de bem particular sob guarda estatal. 4. Recurso ordinário a que se nega provimento. (RMS n. 51.698/PE, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, j.07-06-2022).

[Leia mais](#)

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

### PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM ANDAMENTO NÃO IMPEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL

EMENTA AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. POLICIAL CIVIL INDICIADO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. EXCLUSÃO DO QUADRO DE ACESSO À PROMOÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO DE REPELIR SUPOSIÇÕES OU JUÍZOS PREMATURES DE CULPABILIDADE (RE 560.900, TEMA N. 22/RG). 1. O Supremo Tribunal Federal tem firme entendimento no sentido de repelir suposições ou juízos prematuros de culpabilidade, vedando-se restrições aptas a afetar a esfera jurídica da pessoa apesar de assentadas em juízos morais nos quais consideradas situações instáveis. Precedente. 2. Agravo interno desprovido. (RE 1310369 AgR, Relator(a): NUNES MARQUES, Segunda Turma, j. 02-07-2022).

[Leia mais](#)



# BARATIERI

ADVOGADOS

**NOEL ANTÔNIO BARATIERI**

OAB/SC 16.462

---

**MAICON JOSÉ ANTUNES**

OAB/SC 39.011

---

**LUIZ FÁBIO TAVARES DE JESUS**

OAB/SC 41.029

---

**JUSTINIANO PEDROSO**

OAB/SC 4.545

---

**NATÁLIA CASAGRANDE DA SILVA**

OAB/SC 61.131

---

**FERNANDO MINCATO DANIEL**

OAB/SC 57.842

---

**CLAUDIO JUNIOR DA ROSA PERSICH**

OAB/SC 14.329

---

**LUCAS RODRIGUES ALVES**

OAB/SC 65.348

---

**BRUNA KELLY DOS SANTOS**

ACADÊMICA DE DIREITO

---

**BEATRIZ BENTO AMÂNDIO**

ACADÊMICA DE DIREITO